

WANDENKOLK, Eduardo

* militar; min. Marinha 1889-1891; min. Rel. Ext. 1890; min. Guerra 1890; min. Interior 1890; const. 1891; sen. 1891-1899; ch. EMA 1900.

Eduardo Wandenkolk nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 29 de julho de 1838, filho do capitão de mar e guerra José Eduardo Wandenkolk e de Martinha Gomensoro.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 1º de março de 1853 e guarda-marinha em 29 de novembro de 1855. Promovido a segundo-tenente em 11 de junho de 1858, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1862 e a capitão-tenente em 12 de abril de 1868, teve participação destacada na Guerra do Paraguai, confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai que se estendeu de 1864 a 1870 e representou um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na guerra, Eduardo Wandenkolk foi condecorado com as medalhas de prata da Campanha Oriental, da Rendição de Uruguaiana e da Passagem do Humaitá. Em 17 de novembro de 1875 foi promovido a capitão de fragata e em 1879 assumiu o comando da Capitania dos Portos da província do Rio Grande do Sul. No contexto de agitação política da classe militar que caracterizou o período posterior à Guerra do Paraguai, duas importantes associações foram fundadas: o Clube Naval, em 12 de abril de 1884, cujo primeiro presidente foi o capitão de fragata Luís Filipe de Saldanha da Gama, e o Clube Militar, em 26 de junho de 1887, presidido pelo então general Deodoro da Fonseca. Eduardo Wandenkolk fez parte da comissão de imprensa deste último. Em 3 de dezembro de 1887 assumiu na Marinha o posto de chefe de divisão.

MINISTRO DA MARINHA

No dia 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca liderou o golpe militar que derrubou o Império e instituiu a República no Brasil. Apoiando os militares que depuseram o imperador dom Pedro II, coube a Eduardo Wandenkolk abrir os portões do Arsenal da Marinha ao Exército revoltado contra a monarquia. Assim sendo, ainda no dia 15 de novembro, enquanto Deodoro da Fonseca assumia a chefia do governo provisório do país, foi nomeado ministro da Marinha.

Com o advento da República, iniciou-se no Brasil um amplo processo de reestruturação administrativa. A Marinha não passou incólume e, ao longo dos anos, teve sua estrutura administrativa gradativamente alterada, para atender tanto ao novo regime quanto ao desenvolvimento tecnológico que se delineava mundialmente desde meados do século XIX. Nesse contexto, Wandenkolk reorganizou o Quartel-General da Armada; fundiu os postos de chefe de divisão e chefe de esquadra no posto de contra-almirante – que ele próprio passou a ocupar a partir de 30 de dezembro de 1889; criou uma brigada de enfermeiros no corpo da Saúde e uma brigada de fiéis no corpo da Fazenda; organizou o corpo dos engenheiros navais e o dos maquinistas, ao qual foi acrescentado o quadro de foguistas; reorganizou o Serviço Geral e Fluvial da Praticagem; criou um código disciplinar para a Armada, e iniciou o processo de abertura de créditos. No que tange à renovação do material flutuante, foram incorporados o rebocador *Audaz* e as torpedeiras *Marcílio Dias*, *Iguatemi* e *Araguari*.

Em 1890, além de estar à frente do Ministério da Marinha, Wandenkolk assumiu interinamente o Ministério das Relações Exteriores de 22 de fevereiro a 13 de maio, período em que Quintino Bocaiúva, titular da pasta, ausentou-se do país em missão especial para assinar um tratado de limites com a Argentina, o chamado Tratado das Missões. Também respondeu interinamente pelo Ministério da Guerra, sucedendo a Benjamin Constant, de 12 de março a 19 de abril de 1890, quando assumiu a pasta o marechal Floriano Peixoto. Foi ainda ministro interino do Interior.

Ao serem realizadas, em 15 de setembro de 1890, as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, encarregado de redigir a primeira Constituição republicana do Brasil, Wandenkolk foi eleito senador pelo Distrito Federal. A Constituinte republicana instalou-se em 15 de novembro de 1890, e seus embates envolveram diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente político-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa.

Promovido a vice-almirante em 15 de janeiro de 1891, Wandenkolk deixou o Ministério da Marinha poucos dias depois, em 22 de janeiro, quando, em decorrência de uma crise no governo provisório, em que Deodoro da Fonseca se isolou de seus colaboradores, todos os ministros se declararam demissionários. Seu substituto foi o contra-almirante Fortunato Foster Vidal.

Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da Constituição, Deodoro foi eleito presidente da República pelos deputados e senadores constituintes. O governo constitucional iniciou-se sob forte tensão política, agravada pela crise econômica. Em 15 de junho teve início a legislatura ordinária, e em 3 de novembro, em resposta à oposição parlamentar, o presidente ordenou o fechamento do Congresso Nacional. Diante disso, a Marinha ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro. A grave crise política que se seguiu levou à renúncia de Deodoro 20 dias depois, apenas nove meses após ter assumido o cargo de presidente constitucional.

NA REVOLTA DA ARMADA

Com a renúncia de Deodoro, o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência da República e nomeou novo ministro da Marinha: o almirante Custódio de Melo. A Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Contudo, Floriano Peixoto estava decidido a permanecer no cargo até o fim do período. Em março de 1892, um grupo de 13 oficiais-generais do Exército e da Marinha – entre os quais Eduardo Wandenkolk – assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata

convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, Floriano decretou o estado de sítio e ordenou a prisão e a reforma dos líderes movimento. Wandenkolk foi reformado por decreto de 7 de abril de 1892, e, embora fosse senador da República, foi preso e enviado para Tabatinga, no alto Amazonas, onde permaneceu detido algum tempo junto com outros presos políticos.

O governo de Floriano Peixoto continuava a sofrer uma implacável oposição, sobretudo por parte de segmentos da Marinha. Em pouco tempo, o próprio ministro Custódio de Melo passou a divergir fortemente do presidente. Assim, em 30 de abril de 1893, demitiu-se, sendo substituído por Filipe Firmino Rodrigues Chaves, e juntou-se aos opositores do governo, passando a liderar o grupo de altos oficiais que exigia a convocação de eleições. A posição do grupo também refletia sua insatisfação frente ao pequeno prestígio político da Marinha em comparação com o Exército. De volta à capital federal, e incorporado ao grupo descontente, Eduardo Wandenkolk assumiu em 11 de junho de 1893 a presidência do Clube Naval, na qual só seria substituído em 11 de junho de 1894.

Na madrugada do dia 6 de setembro de 1893, sob o comando de Custódio de Melo, eclodiu a Revolta da Armada, com o objetivo de depor Floriano Peixoto. Embora fossem maioria na Marinha, os revoltosos não tinham apoio popular e enfrentaram a oposição do Exército, onde jovens oficiais deram apoio ao presidente. O bombardeio aos fortes do litoral fluminense e a intervenção de nações estrangeiras que tinham navios fundeados na baía de Guanabara levaram a um acordo em 5 de outubro, pelo qual os revoltosos cessariam os ataques e Floriano não tomaria iniciativas contra eles.

Nos primeiros dias de novembro, Custódio de Melo e outros oficiais, entre eles Eduardo Wandenkolk, dirigiram-se para o Sul com o objetivo de se unir aos federalistas gaúchos, em guerra contra o governo do Rio Grande do Sul. O navio que Wandenkolk comandava, o *Júpiter*, foi aprisionado pelo cruzador *República* no litoral de Santa Catarina. Wandenkolk foi novamente preso e, dessa vez, levado para a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói.

Em dezembro, com a adesão do almirante Saldanha da Gama à revolta – o que lhe deu um tom monarquista –, o comando do movimento passou às mãos deste. O conflito entrou

então em fase mais violenta. Finalmente, dadas a precariedade do material bélico de que dispunham e a impossibilidade de sair pela barra rumo ao alto-mar, em 13 de março de 1894 os revoltosos buscaram asilo em navios portugueses.

Já na presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), Eduardo Wandenkolk foi anistiado e retomou sua cadeira no Senado Federal. Em 30 de outubro de 1895, voltou à ativa na Marinha brasileira, após a revogação do decreto de 1892 que o havia reformado. Foi promovido a almirante graduado em 25 de novembro de 1898 e, finalmente, a almirante em 25 de novembro de 1899.

Em 3 de janeiro de 1900, durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), foi nomeado chefe do Estado-Maior da Armada. Em 11 de junho seguinte assumiu novamente a presidência do Clube Naval, na qual permaneceu até 11 de junho de 1901.

Durante sua longa carreira militar, comandou o vapor *Tramandaí*, o monitor *Piauí*, o encouraçado *Colombo*, o transporte *Leopoldina*, a corveta *Bahiana*, o vapor *Amazonas*, a corveta *Niterói*, a canhoneira *Belmonte*, o encouraçado *Bahia*, a corveta *Vital de Oliveira*, o encouraçado *Riachuelo* e o cruzador *Almirante Barroso*. Comandou também a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Rio Grande do Sul, a 2ª Divisão de Cruzadores e a Divisão Naval do 3º Distrito Naval, e foi chefe da Esquadra em Operações.

Ao longo da vida, também se formou nos cursos de Oficina de Máquinas, no Rio de Janeiro, e de Construção de Máquinas, na Europa. Além das medalhas que ganhou por sua participação na Guerra do Paraguai, foi condecorado com a Medalha Militar de Ouro, a Medalha do Mérito Militar e com os títulos de cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem Imperial do Cruzeiro, e de comendador da Ordem de São Bento de Aviz e da Real Ordem Portuguesa de Nossa Senhora de Vila Viçosa. Recebeu ainda o título de oficial da Ordem da Rosa.

Faleceu em 4 de outubro de 1902, no Rio de Janeiro.

Publicou *Tática naval para uma frota couraçada* (1876); *Relatório da viagem da corveta Bahiana ao mar das Índias* (1879); *Manobreiro para navios de vela* (1876); *Relatório da corveta Vital de Oliveira ao Báltico* (1884); *Relatório do Ministério da*

Marinha (1891); e “Repertório de legislação naval”, na *Revista Marítima Brasileira*, (1891).

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); *Biografias dos ministros*; BLAKE, A. *Diccionario*; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIMEIRA CONST. REP. *Relatório*; CLUBE MILITAR. Disponível em: <<http://www.clubemilitar.com.br/>>; CLUBE NAVAL. Disponível em: <www.clubenaval.org.br>; DORATIOTO, F. *Maldita*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; MAR. BRAS. Centro de Instrução Almirante Eduardo Wandenkolk. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/ciaw/historico.htm>>; MUS. IMPERIAL. Disponível em: <www.museuimperial.gov.br>; PALHA, A. *Soldados*; SENADO; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>; SOUSA, J. *Índice*.

WANDERLEY, ALBERTO LAVENÈRE

*militar; comte 7ª RM 1929-1930.

Alberto Lavenère Wanderley nasceu em Maceió no dia 21 de novembro de 1870, filho de Estanislau Wanderley, funcionário da Alfândega e alferes da Guarda Nacional, e de Amélie Lavenère.

Assentou praça em Alagoas em fevereiro de 1889, matriculando-se no mesmo ano no curso preparatório da Escola Militar da Corte, no Rio de Janeiro. Por ocasião dos acontecimentos que resultaram na Proclamação da República em 15 de novembro do mesmo ano, os alunos da escola, entre eles Lavenère, enviaram ao líder republicano Benjamin Constant, ex-professor do estabelecimento, um documento no qual lhe prometiam total apoio.

Em dezembro de 1889, após a Proclamação da República, Lavenère fazia parte do corpo de alunos da Escola Militar que seguiu para São Cristóvão, aquartelando-se no 2º Regimento de Artilharia de Campanha. Em 1890 regressou à escola e em fevereiro do ano seguinte concluiu o curso preparatório. Em março, foi transferido para a Escola Militar de Porto Alegre. Retornou ao Rio, então Distrito Federal, em fevereiro de 1892, tornando a ingressar na Escola Militar, onde concluiu o segundo ano do curso geral. Em janeiro de 1893 foi promovido a alferes-aluno e em abril foi classificado no forte de São Bento, no Rio de Janeiro. Com a eclosão da Revolta da Armada contra o governo de Floriano Peixoto em setembro do mesmo ano, participou dos combates que se travaram entre a guarnição do forte de São Bento e belonaves da esquadra revoltosa.

Em 1894 foi promovido a segundo-tenente e, em abril do ano seguinte, foi incluído no 3º Regimento de Artilharia de Campanha, sediado em São Paulo. Retornou ao Rio de Janeiro no início de 1896 e retomou o curso geral da Escola Militar, que concluiu em 1897, recebendo também o grau de bacharel em ciências e completando o curso das três armas. Promovido a primeiro-tenente de artilharia em outubro de 1898, matriculou-se no curso especial, que veio a concluir no início de 1900. Ainda no mesmo ano, classificado no 5º Regimento de Artilharia de Campanha (RAC), no Rio de Janeiro, foi designado para praticar na Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra. Nomeado instrutor da Escola Militar em 1902, desligou-se da Fábrica de Cartuchos. Em 1903, pediu dispensa do cargo de instrutor da escola e reintegrou-se ao 5º RAC. Ainda no mesmo ano, foi nomeado

auxiliar da Delegacia da Direção Geral de Engenharia do comando do 3º Distrito Militar, em Salvador, ficando incluído no 5º Batalhão de Artilharia de Posição na capital baiana. Também em 1903, casou-se no Rio de Janeiro com Laurentina Freire Wanderley.

Em 1904, foi nomeado ajudante da comissão construtora do Sanatório de Campos do Jordão (SP), permanecendo no cargo até o início de 1908. Promovido a capitão em 1908 e transferido para a arma de engenharia, seguiu para Mato Grosso em fevereiro de 1909, classificado no 5º Batalhão de Engenharia e nomeado ajudante da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso e do Amazonas. Elevado em junho desse ano ao comando do batalhão e à chefia da comissão, em julho de 1910 foi nomeado chefe de grupo da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, no Rio de Janeiro.

Em 1912, foi nomeado assistente do general comandante da Brigada Mista Provisória, sendo promovido a major em dezembro do mesmo ano. No início do ano seguinte, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde assumiu o cargo de primeiro-engenheiro, e depois o de chefe da construção da Estrada de Ferro Cruz Alta-Ijuí. De 1916 a 1918, exerceu o cargo de fiscal do Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Em 1919 foi promovido a tenente-coronel e participou de uma missão mista Brasil-Uruguai como primeiro-engenheiro. Em 1921, foi nomeado chefe do serviço de engenharia e comunicações da 2ª Região Militar, em São Paulo. No ano seguinte, assumiu o comando do 1º Batalhão Ferroviário, em Cruz Alta (RS), assumindo ao mesmo tempo a chefia da Estrada de Ferro Cruz Alta-Porto Lucena. Promovido a coronel em 1923, foi nomeado nesse mesmo ano chefe de gabinete da Diretoria de Engenharia do Exército, posto em que permaneceu até 1928. Em outubro desse ano foi promovido a general de brigada, e em janeiro de 1929 foi nomeado comandante da 7ª Região Militar, em Recife.

Com o assassinio de João Pessoa em fins de julho de 1930 e o consequente agravamento da situação na Paraíba, o comando da 7ª RM foi transferido para o 22º Batalhão de Caçadores, na capital paraibana, para manter-se mais próximo dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, Juarez Távora também havia escolhido a Paraíba para centralizar, no Nordeste, a revolução que se preparava no país.

No dia 3 de outubro de 1930, data da eclosão do movimento, as ações militares deveriam ser iniciadas à tarde. Juarez Távora, porém, decidiu retardar de algumas horas o início do levante na Paraíba. Desse modo, houve tempo para que chegassem ao 22º BC telegramas

comunicando a insurreição de outras guarnições federais, ocorridas na hora aprazada. O tenente Agildo Barata, revolucionário que servia no 22º BC, interceptou os telegramas, mas o último destes chegou à noite ao coronel Maurício Cardoso, comandante da unidade, e ao general Lavenère Wanderley, trazendo a notícia da revolução em Porto Alegre.

Os dois oficiais estavam reunidos para debater a situação quando, nas primeiras horas da madrugada no dia 4 de outubro, os revoltosos, militares e civis, atacaram o 22º BC com o apoio do tenente Juraci Magalhães, que se encontrava na unidade. Após alguns combates, os rebeldes conseguiram controlar a situação. Na troca de tiros, o general Lavenère foi atingido no ventre, sendo encaminhado ao Hospital Santa Isabel, onde foi operado imediatamente mas veio a falecer ainda na noite do dia 4 de outubro de 1930. Segundo Ademar Vidal, duas horas antes de morrer ainda disse: “Coisas da política...” Foi promovido *post mortem* a general de divisão no dia 15 de outubro de 1930.

Alberto Lavenère Wanderley era pai de Néelson Lavenère Wanderley, também militar, ministro da Aeronáutica em 1964 e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de 1966 a 1968.

Robert Pechman

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CARNEIRO, G. *História*; SILVA, H. 1930.

WANDERLEY, Henrique Augusto

*dep. fed. ES 1926.

Henrique Augusto Wanderley nasceu em Itaboraí (RJ) no dia 6 de outubro de 1877, filho de Graciliano Augusto César Wanderley e de Cândida Conceição Wanderley. Seu pai, juiz de direito, foi nomeado para a comarca de Alegre (ES), onde atuou por muitos anos e teve forte influência na vida local.

Henrique chegou àquela cidade ainda na infância e nela residiu por toda a vida. Lá fez seus estudos primários e secundários, ingressando mais tarde na Faculdade de Direito de Niterói. Transferiu-se depois para a do Rio de Janeiro, onde se diplomou. Voltou a Alegre, dedicando-se à advocacia. Foi também professor. Ainda muito jovem, abriu uma escola primária noturna, na qual lecionava, e foi docente de uma escola estadual, de 1910 a 1913.

Fez uma longa carreira política em Alegre, iniciada em 1916, quando, pela primeira vez, foi eleito vereador. Reeleito várias vezes, algumas delas foi presidente da Câmara Municipal e prefeito (1917-1918 e 1945-1946). Ligado ao grupo chefiado por Bernardino Monteiro, foi eleito deputado estadual em três legislaturas, de 1922 a 1930, e presidiu a Assembleia Legislativa no biênio 1925-1926. Nesse último ano, com a renúncia de Heitor de Sousa, que assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, foi eleito deputado federal, tendo ocupado o cargo por dois meses.

Foi Procurador Geral do Estado na gestão do interventor Aristides Campos em 1946.

Henrique Wanderley era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), foi presidente de honra do Círculo Operário Católico, fundado por ele em Alegre, e sócio benemérito de clubes esportivos da mesma cidade.

Faleceu em Alegre no dia 17 de outubro de 1947.

Era casado com Aurélia Rogério Wanderley, com quem teve cinco filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ALMEIDA, N. *Henrique Augusto*; BRAVO, C. *Resgate*; FERRAZ, M. *Alegre*.

WERNECK, Américo

* dep. fed. RJ 1906-1908.

Américo Werneck nasceu em Paraíba do Sul (RJ) no dia 13 de março de 1855, filho de Inácio dos Santos Werneck e de Luísa Amélia de Oliveira, barões de Bemposta.

Após ter cursado o Colégio Kopke, no município fluminense de Petrópolis, e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, matriculou-se na Escola Central, depois Escola Politécnica, pela qual se diplomou engenheiro civil em 1877. Lavrador atuante nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, desde os tempos imperiais mostrou-se ativo defensor das ideias republicanas, sobre as quais escrevia artigos na *Gazeta Sul Mineira*, fundada pelo Partido Republicano em São Gonçalo do Sapucaí. Publicou também artigos na *Gazeta de Petrópolis* e colaborou em importantes jornais como *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Jornal do Comércio* e *A Época*.

Na eleição de 24 de abril de 1892, elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro. Durante o mandato foi eleito membro da Comissão das Obras Públicas.

Em setembro de 1898 foi nomeado secretário de Agricultura e Obras Públicas do estado de Minas Gerais, no governo de Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902), permanecendo no cargo até fevereiro de 1901. Em 1902 foi eleito deputado estadual no estado do Rio e ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa fluminense até 1904. Durante seu mandato participou ativamente das ações que levaram à criação do imposto territorial. Em abril de 1904, no governo de Nilo Peçanha (1903-1906), tornou-se consultor técnico de Obras Públicas, Comércio e Indústria do estado do Rio, mantendo-se nessa função por dois anos.

Em 1906 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse em maio do mesmo ano, cumprindo o mandato até dezembro de 1908. Retornou então a Minas Gerais, elegendo-se prefeito do município de Águas Virtuosas do Lambari.

Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1927.

Foi casado com Judite de Lemos Werneck e posteriormente com Regina de Andrade Werneck.

Entre suas publicações, destacam-se os romances *Morena* (1893), *Graciema* (1898) e *Judite, por seu noivo Américo Werneck* (1912), além dos estudos *O divórcio* (1896), *A arte*

de educar os filhos (1897), *Reforma do sistema tributário* (1899), *Revisão constitucional* (1918), *Problemas fluminenses, o Brasil: seu presente e futuro*, *Erros e vícios da organização republicana*, *Reflexões sobre a crise financeira*, *Estudos mineiros*, *Indústria de transporte* e *A crise*.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2, p. 221-222); ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (8/1892); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 19); GOV. RJ. Disponível em: <<http://www.governo.rj.gov.br/>>. Acesso em: 1/12/2010; GOV. MG. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/>>. Acesso em: 1/12/2010; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1, p. 349-350).

WERNECK, Furquim

* const. 1891; dep. fed. DF 1891-1895; pref. DF 1895-1897.

Francisco Furquim Werneck de Almeida nasceu em Vassouras (RJ) no dia 29 de setembro de 1846, filho de Francisco de Assis e Almeida de Lacerda Werneck. Seu pai, formado em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, exerceu vários cargos públicos ao longo da vida. Em Minas Gerais, foi vereador em São João del Rei e deputado provincial, além de ter tido seu nome lembrado para presidente da província; no Rio de Janeiro, foi vereador em Vassouras e recusou três vezes a presidência da província, bem como um Cartório de Notas na cidade do Rio de Janeiro, para não se ausentar do município onde se tornara patriarca de uma poderosa família.

Furquim Werneck, como ficou conhecido, bacharelou-se pelo Colégio Pedro II e doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1869. Trabalhou em hospitais militares durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), evento que envolveu as principais províncias do Império, mobilizando um grande número de homens para complementar os efetivos do Exército e da Marinha. Entre os contingentes que seguiram para a luta, alguns eram constituídos por médicos (civis e militares) e estudantes de medicina e farmácia. A necessidade de lidar com milhares de feridos em uma guerra na qual a tecnologia bélica havia progredido de modo intenso provocou avanços na medicina no país, no tratamento tanto de doenças infecciosas quanto de traumas provocados pelo combate. Para abrigar os feridos, doentes e mutilados da guerra, foi criado, em 29 de julho de 1868, o Asilo dos Inválidos da Pátria, localizado na ilha do Bom Jesus, baía de Guanabara.

Completoou seus estudos na Europa, onde se especializou em ginecologia e teve contato com grandes nomes da medicina. Em Paris frequentou cursos ministrados por respeitados médicos, como Jean Anne-Henri Depaul, Leon Clément Voillemier, Charles Robert Richet e Aristide Verneuil. Da França seguiu para Viena, na Áustria, onde permaneceu por três semestres, assistindo às aulas de Carl Ritter von Fernwald Braun, Joseph Späth, Christian

Albert Theodor Billroth e Leopold Dittel. Lá concluiu seus estudos, obtendo o diploma de *Magister Obstetricia*. Em Berlim frequentou os cursos de operações e as clínicas cirúrgicas dos professores Bernhard Rudolf Konrad Langenbeck e Heinrich Adolf von Bardeleben. Acompanhou os trabalhos de William Fergusson, professor de cirurgia no King's College, em Londres, e do cirurgião Thomas Spencer Wells, que já realizava ovariectomia (extração de ovários) no Samaritan Free Hospital for Women.

A partir de 1872, passou a exercer a clínica obstétrica e ginecológica, com grande sucesso, sendo o responsável por introduzir no país as mais novas técnicas da cirurgia obstétrica, como a operação cesariana. Foi condecorado pelo imperador dom Pedro II com a Ordem da Rosa, que servia para premiar militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguíssem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado. Em 16 de outubro de 1875, casou-se com sua prima Hortense Josefina Teixeira de Almeida, filha de José Caetano Furquim de Almeida e de Francisca Gabriela Teixeira Leite, barão e baronesa de Pati de Alferes.

Proclamada a República, foi eleito em setembro de 1890 deputado pelo Distrito Federal ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e, iniciada a legislatura ordinária, exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1893. Ainda nesse ano, em outra viagem à Europa, conheceu os aperfeiçoamentos introduzidos na técnica cirúrgica, especialmente as modificações trazidas por Doyen para o processo preparatório das histerectomias abdominais e vaginais. Tornou-se um grande divulgador no Brasil de vários processos e técnicas até então pouco conhecidos entre os médicos brasileiros.

Foi reeleito deputado federal pelo Distrito Federal, para a legislatura iniciada em 3 de maio de 1894, que se estenderia até 31 de dezembro de 1896. Contudo, antes do final do mandato, foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898). Tomou posse no dia 1º de janeiro de 1895, sucedendo a Henrique Valadares, e marcou sua administração pela preocupação com o saneamento da cidade e questões de higiene. Buscou tratar do deficiente abastecimento de água, da

remoção do lixo, da melhoria das condições higiênicas das escolas municipais, da conservação de prédios com má aparência e da pavimentação de ruas e praças. Criou a Comissão de Saneamento, presidida pelo médico Manuel Vitorino Pereira, então vice-presidente da República.

Sua gestão como prefeito do Distrito Federal foi curta e se estendeu somente até 15 de novembro de 1897, quando se exonerou por motivos político-partidários. Seu cargo foi provisoriamente ocupado por Joaquim José da Rosa, então presidente do Conselho de Intendência Municipal, até 24 de novembro de 1897, quando o presidente Prudente de Moraes nomeou prefeito Ubaldino do Amaral.

Enquanto era prefeito, Furquim Werneck residiu na ilha de Paquetá, onde uma das principais ruas tem seu nome. Além disso, no início da urbanização do bairro de Copacabana, a atual rua Xavier da Silveira também se chamava Furquim Werneck em sua homenagem.

Em 1901, foi candidato a membro titular da Academia Nacional de Medicina, então presidida por Nuno Ferreira de Andrade. Foi eleito em 30 de maio e empossado em 7 de junho daquele ano. Ocupou a presidência da seção de ginecologia de 1901 a 1903. Juntamente com os médicos Lucas Antônio de Oliveira Cata Preta e João Marinho de Azevedo, foi fundador da Casa de Saúde, localizada na rua Fresca (proximidades da atual praça XV, no Rio de Janeiro). Em 1904, ocupou o cargo de vice-diretor da Maternidade Escola do Rio de Janeiro. Era também um exímio atirador, tendo vencido, em 1904, o Concurso Mundial de Tiro, realizado na cidade de Buenos Aires.

Faleceu em Petrópolis (RJ), em 18 de fevereiro de 1908, vítima de um ataque apoplético. De seu casamento com Hortense Josefina, teve três filhos. Um deles, Hugo Furquim Werneck (1878-1935), destacou-se como médico, tendo sido diretor clínico da Santa Casa de Belo Horizonte e também um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, onde foi professor por mais de 20 anos. Hugo Furquim Werneck foi ainda eleito para a Assembleia Constituinte Mineira e para a Câmara dos Deputados pelo Partido Republicano Mineiro, mas não chegou a tomar posse por ter falecido antes.

Publicou *Do uso do tabaco e de sua influência sobre o organismo*, em 1869, e *Questão médico-legal. Defloramento; documentos oficiais e sua análise*, em 1878.

Izabel Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); ASSEMB. LEGISL. RJ. *Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense* Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>; BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIM. CONST. REP. *Relatório*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*; DORATIOTO, F. *Maldita*; FERREIRA, J.; DELGADO, L. *Tempo*; GERSON, B. *História*; GIFFONI, O. *Dicionário*; *Grande encic. Delta Larousse.*; MORAES, R. *Casal*; Museu Imperial: <www.museuimperial.gov.br>; RAMOS, B. *Livro*; REIS, J. *Rio*; RHEINGANTZ, C. *Primeiras*; SILVA, C. *Médicos*; SOUSA, J. *Índice*; SOUSA, L. *Medicina*.

WHITAKER, Firmino Antônio da Silva

*magistrado; min. STF 1927-1934.

Firmino Antônio da Silva Whitaker Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 13 de março de 1866, filho de Firmino Antônio da Silva Whitaker e de Guilhermina Flora dos Anjos. Um dos seus seis irmãos, José Maria Whitaker, foi presidente do Banco do Brasil de 1920 a 1922 e ministro da Fazenda de 1930 a 1931 e em 1955.

Iniciou o curso de humanidades no Colégio Morton e concluiu-o no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, em março de 1882. Em novembro de 1886 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela mesma faculdade.

Começou sua vida pública como promotor na comarca de Lençóis (SP), em abril de 1887, e em julho seguinte foi designado para a comarca de Tatuí (SP), onde, a partir de setembro, integrou o Conselho Superior da Instituição Pública. Transferido para Mojimirim (SP), foi juiz municipal e de órfãos, de 1888 a 1892, e juiz de direito, de 1892 a 1910.

Em janeiro deste último ano foi nomeado ministro do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. No exercício dessa função, foi por três vezes eleito presidente do tribunal, em novembro e dezembro de 1921 e em dezembro de 1922. Ocupou o cargo até abril de 1927, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando posse em junho. Permaneceu como ministro até março de 1934, quando se aposentou.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 21 de dezembro de 1934.

Era casado com Ana de Oliveira Luz, com quem teve filhos.

Publicou *O júri* (1904), *Terras, divisão e demarcação* (1915), *Desapropriação* (1925), *Sursis* (1930) e *Minha vida (só para meus filhos)* (1934).

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; COSTA, E. *Grandes*; LAGO, L. *Supremo*; LEITE, A. *História*; MELO, L. *Dicionário*.

WHITAKER, Firmino

* magistrado; min. STF 1927-1934.

Firmino Antônio da Silva Whitaker Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 13 de março de 1866, filho de Firmino Antônio da Silva Whitaker e de Guilhermina Flora dos Anjos.

Em 1886 obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo e no ano seguinte iniciou carreira na magistratura, ao ser nomeado promotor público na comarca de Lençóis e, depois, na comarca de Tatuí, onde também se tornou membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Em 1888 assumiu o posto de juiz municipal e de órfãos de Mogi-Mirim. Em novembro de 1892, após a reorganização da Justiça de São Paulo, foi nomeado juiz de direito de Mogi-Mirim, cargo que exerceu por mais de 17 anos.

Em janeiro de 1910 foi nomeado ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo – graças ao princípio da autonomia federativa, que permitia aos estados organizar sua Justiça como bem lhes aprouvesse, a corte de segunda instância de São Paulo dava a seus membros o título de ministro. Em novembro de 1921, foi eleito presidente do Tribunal, tendo sido reeleito por duas vezes, até 1927. Em abril desse ano foi nomeado pelo presidente Washington Luís ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga surgida com o falecimento de Augusto Olímpio Viveiros de Castro, e em junho seguinte tomou posse. Foi aposentado a pedido em março de 1934, o que permite supor que estivesse contrariado com as perspectivas políticas e institucionais surgidas após o movimento de outubro de 1930, dadas a trajetória e as ligações que mantinha com São Paulo.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 21 de dezembro de 1934.

Foi casado com Ana de Oliveira Luz.

Publicou *O júri* (1904), *Terras* (1915), *Desapropriações* (1925), *Sursis* (1930) e as memórias *Minha vida (só para meus filhos)* (1934).

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas.* ; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

WHITAKER, JOSÉ MARIA

*pres. Bco Bras. 1920-1922; ch. gov. prov. SP 1930; min. Faz. 1930-1931 e 1955.

José Maria Whitaker nasceu na cidade de São Paulo em 20 de maio de 1878, filho de Firmino Antônio da Silva Whitaker, pequeno comerciante, e de Guilhermina Flora dos Anjos. Um de seus seis irmãos, Firmino Antônio da Silva Whitaker Filho, foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1927 a 1934.

Estudou nos externatos Araújo, Santo Antônio e Minhoto, em sua cidade natal, e em seguida ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em ciências sociais em 1895 e em ciências jurídicas no ano seguinte. Ainda acadêmico, participou ativamente do debate político e intelectual travado no interior da faculdade, colaborando na redação do jornal monarquista *Autoridade*, que competia com outro órgão, também produzido pelos alunos, de tendência republicana

Logo depois de formado, seguiu o conselho de seu irmão Firmino, juiz de direito em Mojmirim (SP), e abriu um escritório de advocacia na cidade de Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal (SP), descrita na época como “urbe rica e de foro movimentado”. Em 1897 casou-se com Amélia Peres e, pouco depois, começou a emprestar a particulares o excedente da renda que recebia em sua próspera atividade profissional. Entretanto, não considerou proveitosa essa experiência, que foi rapidamente interrompida, e comprou cem letras hipotecárias do Banco de Crédito Real de São Paulo. Teve prejuízo na operação, pois foi obrigado a vender os títulos pela metade do preço devido ao agravamento da situação financeira do banco, que faliu pouco depois.

Entre 1900 e 1903 dividiu seu escritório de advocacia com Tomás Pimentel, e em 1903 fundou a firma Whitaker Bonfim e Companhia, destinada à comercialização do café, em sociedade com Constantino Panayetti e Francisco de Azevedo Bomfim. Essa atividade provocou sua transferência para o porto de Santos (SP). Ali viveu durante um ano, findo o qual retornou à capital paulista, sem interromper o desenvolvimento de seus negócios e contatos naquela cidade. Em 1910 foi eleito diretor da Associação Comercial de Santos, cuja presidência assumiu depois da primeira reunião da nova diretoria. Sua firma de comercialização de café abriu em seguida uma seção de exportação em sociedade com Erasmo Teixeira de Assunção e Frederico de Barros Brotero, e obteve nesse ramo

excelentes resultados nos anos seguintes.

Em 1912, fundou o Banco Comercial do Estado de São Paulo, com a participação de Erasmo Teixeira de Assunção e o apoio financeiro de Paulo Nogueira de Almeida e Vicente de Almeida Prado. Em 1918, participou da formação da Companhia Americana de Seguros — mais tarde transferida para um grupo inglês —, que se desdobrou na criação da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, dirigida por José Carlos de Macedo Soares durante várias décadas.

NA PRESIDÊNCIA DO BANCO DO BRASIL

José Maria Whitaker declinou do convite para tornar-se secretário de Fazenda do governo paulista chefiado por Washington Luís a partir de maio 1920, mas em dezembro aceitou o convite do presidente Epitácio Pessoa para assumir a presidência do Banco do Brasil, então deficitário, com a condição de atuar com larga margem de autonomia.

Durante sua gestão, criou a Carteira de Redescontos (primeiro passo para a fundação de um banco central de emissões), a Câmara de Compensação de Cheques e a Carteira de Crédito Agrícola, conseguindo multiplicar por cinco o montante de recursos do banco e aumentar significativamente sua participação no sistema financeiro nacional. Em algumas ocasiões opôs-se à política econômico-financeira do governo, como no caso da compra de estoques de café para garantir a valorização do produto. Sua opinião — contrária a essa política — não foi considerada. Discordou também do aumento de 2% na taxa cobrada pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, determinada pelo ministro da Fazenda Homero Batista, o que ocasionou seu primeiro pedido de exoneração do cargo. Epitácio Pessoa, contudo, revogou a ordem de seu ministro e não permitiu a saída de Whitaker.

Novo pedido de demissão foi apresentado em 20 de dezembro de 1922, pouco depois da posse de Artur Bernardes na presidência da República, em protesto contra a aprovação pelo Congresso de um projeto de reforma do Banco do Brasil que havia sido elaborado sem sua participação. Em carta a Bernardes, expressou sua “mágoa individual” e suas “apreensões de patriota”, por “prever simultaneamente ameaçados o Banco do Brasil e o depósito-ouro, os últimos pontos de resistência de nossa vida financeira”. O novo governo respondeu afirmando que Whitaker se demitira porque não havia recebido autorização para transformar o Banco do Brasil em um banco emissor de moeda e enviar o estoque de ouro

para Londres, a fim de servir de base às operações cambiais.

Ao deixar o banco, Whitaker se estabeleceu novamente em São Paulo, onde presenciou a Revolução de 1924 sem se envolver no conflito. Em 1925, empreendeu longa viagem ao exterior. Retornou em maio de 1926 e, no fim desse ano, foi convidado por Washington Luís, novo presidente da República, a ocupar mais uma vez a direção do Banco do Brasil. Suas divergências com o plano financeiro proposto pelo governo levaram-no, porém, a recusar a proposta. Esse plano, aplicado em 1929, foi apontado por muitos como um fator de agravamento da estagnação da economia cafeeira.

NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A vitória da Revolução de 1930 foi seguida, em São Paulo, por um período de indefinição política. O general Hastínfilo de Moura, chefe do primeiro governo provisório paulista formado depois da deposição de Washington Luís (24/10/1930), convidou Whitaker para a Secretaria da Fazenda, mas este relutou em aceitar o “perigoso cargo”. Diante do apoio a seu nome expresso pelo próprio Getúlio Vargas, líder da revolução vitoriosa, em 28 de outubro Whitaker resolveu assumir o posto de chefe civil do novo governo de São Paulo, reorganizado com a saída do general Hastínfilo e a nomeação do líder tenentista João Alberto Lins de Barros para o cargo de delegado militar da revolução. Em 4 de novembro, Whitaker foi designado ministro da Fazenda do governo provisório chefiado por Vargas, e foi substituído na administração paulista por Plínio Barreto.

A nomeação de Whitaker para a pasta da Fazenda repercutiu positivamente nos meios financeiros internacionais, principalmente entre os banqueiros Rothschild, importantes credores do Brasil. Sua gestão foi marcada pelas consequências da violenta crise econômica internacional de 1929, que tornou ainda mais graves os problemas do setor cafeeiro. Com a queda dos preços de exportação do café e o acúmulo de estoques invendáveis do produto, o conjunto da economia brasileira foi abalado, em virtude da diminuição de sua capacidade de importar e cumprir os pagamentos devidos ao exterior, da redução do ritmo de todas as atividades, do achatamento do poder de compra dos salários, e do aumento do desemprego. Nesse contexto, Whitaker, segundo suas próprias palavras um “velho inimigo de todas as intervenções”, foi obrigado a ampliar a participação do Estado na economia do país, socorrendo o setor cafeeiro em crise através da compra de 18 milhões de sacas do produto.

Na ocasião, afirmou que “a necessidade não conhece leis: ou faremos isso — e já — ou assistiremos à derrocada de toda a nossa economia”. Essa medida agravou as dificuldades enfrentadas pelo Tesouro e forçou a utilização do recurso às emissões de moeda — em tese, combatido pelo ministro —, o aumento dos impostos sobre a produção e o consumo do café, e a proibição do plantio desse produto durante cinco anos.

Em fevereiro de 1931, o Banco da Inglaterra enviou um representante ao Brasil para avaliar as dificuldades econômicas do país e o programa financeiro do governo. Seu relatório, publicado em julho do mesmo ano, diagnosticou a existência de uma “confiança exagerada na emissão de notas, empréstimos dispendiosos no estrangeiro para fins de valor econômico duvidoso e despesas públicas excessivas, que produziram uma situação de inflação financeira”, e propôs a busca do equilíbrio orçamentário, a estabilização da moeda e a formação de um banco central de emissões. Essas sugestões coincidiam com as teses defendidas por Whitaker, que, a partir de então, acelerou o combate ao déficit através de cortes no orçamento público, da redução dos vencimentos do funcionalismo e da edição do Código dos Interventores, voltado para aumentar o controle federal sobre os gastos dos estados e municípios.

Na tentativa de combater o grave desequilíbrio do balanço de pagamentos e enfrentar a escassez de reservas cambiais, Whitaker foi seguidamente forçado a se afastar de sua formação econômica liberal. Criou a Comissão Central de Compras (destinada a coordenar e controlar as compras realizadas pelo governo), reformulou o sistema de contabilidade fazendária (tornando possível a publicação de balancetes mensais da receita e despesa do Tesouro) e autorizou o Lóide Brasileiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil a comprar toda a produção das companhias nacionais de mineração de carvão. Adotou também diversas medidas de caráter protecionista, como a proibição, durante três anos, de importação de máquinas destinadas a indústrias já instaladas no país e a determinação de que todo importador adquirisse no mercado nacional pelo menos 10% dos produtos que pretendesse negociar. O mercado de câmbio permaneceu restrito às necessidades do comércio externo e foi monopolizado pelo Banco do Brasil, que evitou uma queda brusca nas taxas, mas não impediu a desvalorização gradual do cruzeiro, fator de estímulo às exportações e de proteção à produção industrial interna. O monopólio estatal sobre o câmbio foi depois atenuado por meio de um decreto que permitia ao banco oficial conceder

licença às instituições financeiras privadas para a compra de divisas estrangeiras.

Inglaterra, Estados Unidos e França eram, nessa ordem, os maiores credores da dívida externa brasileira, que, no início da década de 1930, alcançava 250 milhões de libras esterlinas, correspondentes a quase duas vezes a receita federal. Para preservar o crédito externo do país, o governo provisório remeteu para a Europa todo o ouro que estava em seu poder, totalizando cerca de 7,5 milhões de libras. Contraiu em seguida novo empréstimo de 6,5 milhões de libras, atendendo momentaneamente às necessidades internas. Essas medidas, contudo, contrariaram os setores que propunham a suspensão dos pagamentos ao exterior, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e os grandes cafeicultores, que reivindicavam também a queima dos estoques invendáveis comprados pelo governo. Segundo Paulo Nogueira Filho, entre os integrantes da Legião Revolucionária, organização tenentista muito atuante em São Paulo e liderada pelo general Miguel Costa, “levantaram-se clamores indignados contra a demora na supressão dos pagamentos”, medida reclamada também por Osvaldo Aranha, ministro da Justiça.

Os cafeicultores paulistas acusavam o governo provisório de não ampará-los devidamente. Suas pressões criaram inúmeras dificuldades para os planos de austeridade econômica de Whitaker, que enfrentava também obstáculos políticos à sua atuação. Próximo do Partido Democrático (PD), o ministro da Fazenda procurou diversas vezes convencer Getúlio Vargas da necessidade de atender, pelo menos parcialmente, às reivindicações das forças políticas de São Paulo, nomeando um interventor paulista e civil para o lugar do capitão João Alberto Lins de Barros. No âmbito de seu próprio ministério, Whitaker também teve dificuldades com a atuação da Comissão de Correção Administrativa, chefiada pelos revolucionários Juarez Távora e Ari Parreiras, que realizou uma devassa entre seus quadros e afastou Pedro Luís Correia e Castro da presidência do Banco do Brasil, contra a vontade do ministro.

Em julho de 1931, Laudo Camargo assumiu a interventoria federal em São Paulo. No mês seguinte, Whitaker declarou que, “com o intuito de aliviar a pressão sobre o mercado cambial, o governo provisório, depois de ouvir os representantes dos seus credores, resolveu suspender temporariamente o serviço de amortização de suas dívidas externas, exceto os dos dois *funding* e o do empréstimo sobre o café de 1922”. Foram então iniciadas as negociações para o terceiro *funding loan*, consolidação e reescalonamento do pagamento

da dívida externa, que só veio a ser concretizado em março do ano seguinte.

Ainda em agosto de 1931, agravou-se a crise entre o governo federal e os cafeicultores paulistas, que exigiam maior assistência pública, reforma das tarifas alfandegárias, ampliação do crédito, revisão dos contratos de empréstimo e amparo às cotações do café no mercado de Santos. Criticavam também a criação do Conselho Nacional do Café, que transferia para o Estado decisões relativas aos seus negócios, e acusavam Whitaker e Numa de Oliveira (secretário de Fazenda do governo paulista) de estarem comprometidos com os banqueiros em detrimento da lavoura. Segundo Renato Jardim, o ministro elevava a tarifa aduaneira sobre a juta para “favorecer interesses do truste do saco, representado pelo grupo de homens de negócio com quem tinha estreitas afinidades, entre eles o próprio Numa de Oliveira, proprietário do Banco Comércio e Indústria (de São Paulo), que representava esses interesses”. Whitaker e Numa de Oliveira eram acusados também de manter baixos os preços do café e aplicar o decreto de 10 de setembro de 1930, considerado “monstruosa aberração jurídica”, que transferia para os bancos a propriedade do café deixado em consignação pelos produtores. Dessa forma, as compras de estoques eram negociadas pelo governo com as instituições financeiras, consideradas donas do café.

Apoiados pelo ex-interventor João Alberto, os cafeicultores conseguiram, no início de novembro de 1931, o afastamento de Numa de Oliveira, que continuava firme na recusa em suspender as cobranças de suas dívidas com o banco do estado. Em seguida, Laudo Camargo renunciou, considerando-se incapaz de governar efetivamente São Paulo. A demissão do secretário de Fazenda paulista enfraqueceu também a posição de Whitaker, que tinha nele um importante auxiliar na aplicação da política econômico-financeira federal, e provocou seu pedido de exoneração. No dia 16 de novembro de 1931, Whitaker foi substituído no ministério por Osvaldo Aranha, que enfrentou as mesmas dificuldades na relação com os cafeicultores.

Whitaker retornou a São Paulo decidido a dedicar-se exclusivamente a seus interesses privados. Segundo suas próprias palavras, não pretendia participar da Revolução Constitucionalista que estava sendo articulada pelas forças paulistas contra o governo federal para obter a devolução da autonomia dos estados e a imediata reconstitucionalização do país. O movimento foi deflagrado em 9 de julho de 1932, iniciando uma guerra civil de largas proporções. Em 8 de agosto seguinte, Whitaker

compareceu a uma reunião na Associação Comercial de São Paulo e foi indicado para assumir o cargo de maior responsabilidade na Campanha do Ouro, que consistia no recolhimento de doações desse metal para financiar a luta. No início de outubro, os paulistas foram derrotados pelas forças leais a Getúlio Vargas, e o coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante da Força Pública, assumiu interinamente a chefia do governo estadual. Logo em seguida Carvalho e Silva chamou Whitaker para uma reunião, com o objetivo de discutir a pacificação do estado e a volta à normalidade. O prestígio do ex-ministro nos meios econômicos e políticos de São Paulo, a intervenção de José Carlos de Macedo Soares a seu favor e, segundo o próprio Whitaker, “a benignidade natural de Vargas” impediram que ele fosse vítima da repressão que se abateu sobre os derrotados, cujos líderes foram enviados para o exílio. De toda forma Whitaker se retirou para a vida privada por longo período, interrompido somente pela participação no Conselho Consultivo do Estado de São Paulo durante a interventoria de Armando de Sales Oliveira, iniciada em agosto de 1933.

RETORNO À VIDA PÚBLICA

Whitaker permaneceu afastado da vida pública durante todo o período de vigência do Estado Novo, instalado em 10 de novembro de 1937. Com a derrubada desse regime em 29 de outubro de 1945, José Carlos de Macedo Soares foi nomeado interventor em São Paulo e convidou Whitaker para assumir a prefeitura da capital, mas este recusou, indicando três nomes que, a seu ver, poderiam exercer a função. O segundo dessa lista, Abraão Ribeiro, foi nomeado.

Nessa fase de reorganização da vida nacional, Whitaker escreveu uma carta ao interventor em São Paulo, datada de 28 de novembro de 1945, emitindo sua opinião sobre as diretrizes econômicas a serem seguidas pelo novo governo. Propunha a supressão de todos os institutos ou instituições que, a seu ver, embaraçavam o fluxo da economia do país, como o Departamento Nacional do Comércio, o Instituto do Açúcar e a Carteira de Exportação do Banco do Brasil; o fim das autarquias e a unificação de toda a receita e despesas públicas no Tesouro Nacional; a transformação do Banco do Brasil em um estabelecimento comum de depósitos, acompanhada da criação de um banco central (que absorvesse a Carteira de Redescontos, a Carteira Cambial e todas as relações com o Tesouro) e de um banco de

crédito real (que operasse a Carteira Agrícola e Industrial e a Carteira de Mobilização). Nos últimos dias de 1945, José Carlos de Macedo Soares foi portador do convite feito pelo presidente eleito, general Eurico Gaspar Dutra, para que José Maria Whitaker assumisse a chefia do Ministério da Fazenda. Este, contudo, preferiu pleitear a direção do Banco do Brasil. Entretanto, os entendimentos travados com Dutra não resultaram na sua nomeação.

Whitaker só retornou à vida pública em 1955. Nessa época a política econômica aplicada por Eugênio Gudin, ministro da Fazenda do governo de Café Filho, encontrou resistências dos setores vinculados à indústria, especialmente os produtores de bens de capital. O governador de São Paulo, Jânio Quadros, iniciou então entendimentos com o presidente da República com vistas a uma mudança na política de crédito. Essas negociações envolveram também aspectos políticos, pois Jânio Quadros comprometeu-se a apoiar Juarez Távora nas eleições presidenciais desse ano, deixando de lançar sua própria candidatura, em troca da indicação de Otávio Marcondes Ferraz para o Ministério da Viação e Obras Públicas e de José Maria Whitaker para a pasta da Fazenda.

Whitaker assumiu o cargo em 13 de abril de 1955 e indicou Alcides Vidigal para a presidência do Banco do Brasil. Pretendendo aliviar a política monetária, revogou imediatamente a portaria que obrigava os bancos a deixar sob o controle da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) metade dos seus depósitos. Essa medida provocou a demissão do superintendente da Sumoc, Otávio Gouveia de Bulhões, último membro da equipe comprometida com o programa de Eugênio Gudin que ainda permanecia no segundo escalão do ministério. Empenhado em equilibrar o orçamento através da redução da despesa pública, Whitaker suspendeu também o programa de compra de estoques de café pelo governo, o que gerou protestos dos cafeicultores. Em compensação, levou adiante o projeto de reforma cambial, realizado com a colaboração de Edward Bernstein (representante do Fundo Monetário Internacional) e a assistência de Roberto Campos (superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) e de Paulo Pook Correa (diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil). O principal propósito do projeto era a abolição do confisco cambial, considerado “tributação funesta à nossa economia” porque onerava o produto exportado “no próprio momento em que vai concorrer com similares estrangeiros”. Essa medida, entretanto, encontrou oposição de todos os demais ministros, com exceção de Otávio Marcondes Ferraz, sendo chamada de inoportuna

pelos ministros militares em virtude da sucessão presidencial que se aproximava. Diante das controvérsias suscitadas pela proposta de reforma cambial, o presidente Café Filho resolveu submetê-la à aprovação do Congresso, o que levou Whitaker a pedir demissão. No dia 10 de novembro de 1955, foi substituído por Mário Câmara, funcionário do Ministério da Fazenda.

Apesar de novamente afastado da vida pública, Whitaker permaneceu um atento observador da situação econômico-financeira do país, conforme demonstram os inúmeros artigos que publicou na imprensa. Continuou à frente do Banco Comercial do Estado de São Paulo que, a partir de 1964, procurou ampliar o volume de suas operações através da fusão com outras instituições financeiras, finalmente concretizada em julho de 1972. O novo grupo — que, além das operações bancárias, detinha o controle de uma refinaria de petróleo — passou a se chamar Banco União Comercial e, dois anos depois, foi incorporado ao Banco Itaú Sociedade Anônima, de São Paulo.

José Maria Whitaker faleceu em São Paulo no dia 19 de novembro de 1970.

Escreveu inúmeros artigos e relatórios, entre os quais *Letra de câmbio* (1932) e *A administração financeira do Governo Provisório de 4 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931* (1933). Deixou também o livro *O milagre de minha vida* (autobiografia, 1978). Nesse volume estão incluídos diversos artigos e relatórios de sua autoria, bem como depoimentos de terceiros sobre sua atividade.

O arquivo de José Maria Whitaker encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; BULHÕES, A. *Ministros*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, M. *Cronologia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ABREU, M.; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (22/11/1970); LEFF, N. *Política*; LEVINE, R. *Vargas*; MELO, L. *Dicionário*; MIN. FAZ. *Ministros*; MONTEIRO, F. *Banco*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; OLIVEIRA,

G. *Evolução*; PEIXOTO, A. *Getúlio; Personalidades*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SOUSA, J. *Índice*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados*; VAMPRÊ, S. *Memórias*; *Veja* (11/1970); WHITAKER, J. *Milagre; Who's who in Brazilian; Who's who in Latin America*.